FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Organizadora Ana Maria Araújo Freire – São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GÓES, L.P. **Introdução à Literatura Infantil e Juvenil**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

Apropriação Social da Leitura e da Escrita de Crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental, por Meio do Letramento, em uma Unidade Escolar do Município de Mauá – SP

Angela Cristina Torres de Andrade

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a leitura a leitura nos primeiros anos escolares e as exigências que o mundo contemporâneo impõe à rotina das pessoas, bem como a importância do contato da criança com os materiais de leitura. Para tanto, discorre sobre os problemas relacionados à leitura na escola, dando ênfase às dificuldades por parte dos alunos e a escolha dos materiais pelo professor, assim como a falta de estímulos à leitura frente ao desenvolvimento das novas tecnologias. Dentre os itens estudados, pesquisou-se o cidadão leitor e a relação entre alfabetização e letramento, além da afetividade no processo de apropriação da linguagem escrita e a função social da leitura. Paralelo a uma revisão bibliográfica, foi realizado um estudo de caso com uma professora que leciona, atualmente, num 1º ano do Ensino Fundamental, numa escola municipal do município de Mauá, a partir do qual foi possível verificar que a teoria está perfeitamente interligada com a prática do cotidiano. Conclui-se que muitas questões ainda merecem ser analisadas em relação ao caminho da oralidade em busca do letramento, uma vez que essas práticas apresentam nuances muito diversificadas nas instituições de educação infantil de todo o país. Reitera-se que o hábito de leitura será uma realidade se a pessoa sentir que vale à pena, se ela perceber o que trará de benefícios pessoais, profissionais e sociais. Conseguindo perceber a satisfação dos interesses e necessidades inatas, passa à percepção do proveito proporcionado pela leitura e chega ao trato regular dos livros, adquirindo uma posição firme e permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Escrita. Letramento.

INTRODUÇÃO

Na nossa prática diária, percebemos que a linguagem oral é uma realidade das instituições escolares, na medida em que as pessoas falam e se comunicam entre si, expressando desejos, vontades e ideias em todos os momentos e lugares que frequentam. Teoricamente, no entanto, ela não tem sido tratada com a importância educativa e intencional devida, pois ou a tratam de forma casual e espontânea, ou por meio de atividades e repetição.

Como educadoras observamos colegas aflitas para atingirem logo o letramento, sem dar a devida importância ao desenvolvimento da oralidade na educação formal e informal que as crianças recebem desde o nascimento.

Considerando que atualmente as crianças têm sua entrada nas instituições mais cedo, temos que despertar a atenção da família e, especialmente, dos educadores, para que este problema não persista, desenvolvendo uma orientação para ampliar o universo discursivo infantil.

Desta maneira, o presente trabalho tem como objetivo salientar, numa posição construtivista, a linguagem oral e escrita para que as crianças obtenham futuramente mais êxitos do que fracassos escolares, engajados neste processo que busca a valorização do indivíduo de forma que aprofunde cada vez mais seu próprio conhecimento e sua autoestima.

É importante ressaltar que quando a alfabetização se dá por meio do letramento, a primeira coisa que a escola deve fazer é descobrir o grau de letramento das crianças, uma vez que este inclui a capacidade que o indivíduo tem de instruir-se por meio da leitura e de selecionar, entre muitas informações, aquela que mais lhe interessa.

Aprender a ler não é muito diferente de aprender outros procedimentos ensinados na escola. Requer, no entanto, que o aluno atribua sentido à leitura, que conte com recursos cognitivos suficientes para fazê-lo e que tenha ao seu alcance a ajuda insubstituível de pessoas que confiem na competência da criança e que saibam intervir para fomentá-la.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como o letramento apropria, socialmente, a leitura e a escrita das crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental, em uma unidade escolar do Município de Mauá.

Dentre os objetivos específicos:

- Verificar o conceito e os objetivos atuais de alfabetização e letramento.
- Pesquisar as estratégias utilizadas no letramento, que envolvem a apropriação social da criança a partir da leitura e da escrita.
- Analisar, a partir de uma pesquisa de campo, os resultados do letramento versus a sua apropriação social, numa turma de 1º Ano do Ensino Fundamental, de uma unidade escolar do Município de Mauá.

Atualmente, percebe-se que o "desencontro" entre a escola e as crianças têm mobilizado profissionais da educação ao questionamento e à busca de novos horizontes para as práticas educacionais.

Para que se revelem vantajosas as pesquisas no campo da leitura e a experiência no moderno ensino da mesma, é preciso encontrar meios de aplicá-las no dia-a-dia. São necessárias atividades que coloquem as crianças em confronto direto ou indireto com livros, sobretudo na escola.

As dificuldades que as crianças encontram para ler são indiscutíveis; não existem livros; não há espaço para ler; não se formam circuitos de leitura e não existe vinculação entre o lido e o vivido.

O direito de ler significa, igualmente, o direito de desenvolver capacidades intelectuais e espirituais da pessoa, o direito de aprender e progredir, e a todos deve ser reservado esse direito.

Os livros não devem ser considerados como uma "obrigação escolar", mas como "companheiros do leitor". Não se deve fazer tentativa alguma para esgotar um livro ao discuti-lo. Os próprios estudantes precisam descobrir o que determinada leitura tem de significativa em termos de sua vida, de seus problemas e de suas perguntas.

As discussões acerca de cada leitura devem conduzir também ao auto-reconhecimento. O papel do professor não é o de examinador, mas o de uma pessoa para a qual os livros são importantes, que não somente quer que os alunos lhe falem sobre suas experiências com livros, mas que relatem também o que a leitura lhes proporciona.

Enfim, a leitura é muito mais importante do que toda a atividade baseada em livros, mais importante até que a melhor discussão. A prática regular é a pré-condição da formação do hábito de ler. Deste modo, justifica-se o interesse na escolha deste tema, reiterando que o hábito de leitura será uma realidade se a criança sentir que vale à pena, se ela perceber o que trará de benefícios pessoais e sociais.

O verdadeiro leitor é aquele que sabe ler o que está escrito e o que está implícito; que é capaz de relacionar o que lê com a sua vida e com a realidade social. Nada está pronto e acabado. Portanto, as folhas subsequentes cabem a cada um de nós.

METODOLOGIA

Este trabalho será realizado a partir de pesquisa e revisão bibliográfica em livros específicos, artigos, periódicos e artigos de *Internet*. Segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 37):

> A pesquisa bibliográfica significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos. (...) implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.

Além da revisão bibliográfica, será apresentado um estudo de caso, com observação direta intensiva, por meio de observação de uma turma de crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental, em uma unidade escolar do Município de Mauá, em atividades de alfabetização e letramento.

1. O CIDADÃO LEITOR

As exigências do mundo contemporâneo acabam por afastar os pais, por longas horas, do convívio com os filhos. Nos dias atuais, diante da inserção cada vez mais comum das mulheres nas empresas, a família acaba se desestruturando, o que agrava ainda mais a situação.

É comum que as crianças fiquem sob o cuidado, muitas vezes, de empregados, ou mesmo sozinhas em casa, geralmente em frente à televisão. Os pais, os primeiros responsáveis pelo estímulo ao hábito de leitura dos filhos, não dispõem de tempo hábil para ler para e com os filhos. Lêem pouco, perdendo a oportunidade de, pelo exemplo, despertar na criança o interesse pela leitura.

Desta maneira, o acesso à leitura exige que esta, juntamente com a produção do texto, se tornem ferramentas de pensamento de uma experiência social renovada. Busca-se um novo ponto de vista, diante de uma realidade ampla, na qual a escrita faz parte.

Hoje, a literatura não é entretenimento, pois não pode competir com a televisão, com o *videogame* e com a *Internet*. Vygotsky (1998) afirma que, é durante a infância que são consolidados os conceitos que vão acompanhar a criança pelo resto da vida. A leitura é fundamental para o desenvolvimento intelectual, social e emocional, levando o indivíduo a construir conhecimentos e exercer a cidadania.

Segundo Gallart (1999), a leitura tem um papel formador e prazeroso. Ela amplia o entendimento do mundo; propicia o acesso à informação com autonomia; permite o exercício da fantasia, da imaginação, do faz-de-conta e estimula a reflexão crítica, a formação de consciência, o debate e a troca de ideias. No entanto, o que se nota na maioria das escolas é uma desmotivação, por parte dos alunos, quanto à leitura. Esta parece ser vista por eles como um castigo. As queixas, as constatações de que as crianças e os jovens não lêem são imensas.

O primeiro contato que a criança estabelece com a leitura é por via oral, ouvindo as histórias contadas por seus pais, avós, tios, entre outros, através dos contos de fadas, trechos da Bíblia, histórias inventadas, contos surrealistas, entre outros. A hora do conto, por sua vez, é uma das atividades realizadas com a finalidade de despertar nas crianças o interesse maior para explorar o mundo mágico da leitura.

Conforme Oliveira (1996), ler e contar histórias é uma forma de desenvolver o gosto pela fantasia, incentivando aspectos que dizem respeito ao seu potencial criativo. Dessa forma, o gosto literário da criança pode ser estimulado introduzindo o livro, desde cedo, nas suas brincadeiras. Quando a criança ainda não lê, é bom que alguém lhe conte histórias. Este poderá ser o primeiro passo para que mais tarde a criança tenha o gosto pela leitura.

Abramovich (1989) diz que é por meio duma história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica. É ficar sabendo História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula, porque se tiver, deixa de ser literatura, deixa de ser prazer e passa a ser Didática, que é outro departamento.

Na fase de socialização, por volta dos seis ou sete anos, os professores deverão instigar as crianças a folhear livros de gravuras e a praticar com maior assiduidade a narrativa de histórias e a leitura em voz alta. Esse período consiste em incentivar na criança a expectativa de aprender a ler, tomando o cuidado para não sobrecarregá-la, o que facilitará seu desempenho no primeiro ano escolar.

Segundo Bettelheim (1980), as crianças devem ser criadas de uma forma que a vida lhes seja significativa. Os pais, responsáveis e professores são elementos importantes nesse processo, como também a herança cultural do grupo ao qual faz parte.

Para que a criança tenha condições de gostar de ler, precisa tomar contato com leituras de diferentes níveis e assuntos. Quando a criança lê textos simples por conta própria, o professor deve ampliar seu repertório de conhecimentos mostrando-lhe outras leituras (BRASIL/MEC, 1997).

Aproximar a leitura das crianças não pressupõe aproximá-las, necessariamente, de um problema de decodificação; pressupõe aproximá-las de algo que elas, na sua maioria, já conhecem, que lhes proporciona em geral experiências divertidas e gratificantes e que faz parte de sua vida (GALLART, 1999).

Se nessa aproximação as crianças sentirem a necessidade de explorar o código, não haverá maior inconveniente em responder à sua curiosidade, da mesma forma que se responde aos seus questionamentos sobre o mundo em geral, oferecendo uma informação pertinente e adaptada às suas necessidades.

Embora os sucessos e as derrotas dependam em grande parte do primeiro ano da escola, de modo geral, percebe-se que a escola não valoriza muito o ato de ler, pois o considera menos importante que a habilidade de escrever. Assim, deixa de lado o conceito de que a leitura é a realização da escrita, pois se um texto foi confeccionado, o objetivo é que um dia uma pessoa possa ler o mesmo e exprimir suas opiniões sobre ele.

Se o professor puder observar e estimular cada progresso da leitura, a criança assumirá uma atitude positiva em relação ao assunto. A ajuda do professor no desenvolvimento de interesses e do hábito de leitura é especialmente necessária em se tratando de leitores que apresentam dificuldades específicas.

Aprender a ler é mais fácil do que aprender a escrever. Uma criança pode começar ouvindo histórias, aprendendo a decifrar o som das letras (no seu dialeto e no da escola) em diversos contextos (palavras diferentes), e se pôr a ler pequenos textos de cujo conteúdo já tem conhecimento (já ouviu) ou que sabe de cor, como canções, provérbios, adivinhações etc. (CAGLIARI, 1997).

Nos primeiros anos escolares, é importante que seja dada maior atenção a alguns assuntos especiais relacionados ao desenvolvimento do hábito de leitura por parte da criança. A expansão do vocabulário, em especial, é a mais importante aquisição do ensino da leitura, já que, obtendo mais vocabulário, a criança apresentará uma melhor elaboração de frases, podendo até formular ideias mais complexas sobre um determinado assunto.

Um outro aspecto relevante é o material que será utilizado, devendo este corresponder às necessidades e interesses gerais da criança, pois um material mais apreciado pode influenciá-la positivamente durante todo o desenvolvimento do gosto e hábito pela leitura.

Ler e escrever são atividades que se complementam, pois quem lê mais dispõe de um vocabulário mais rico e compreende melhor a estrutura gramatical e as normas ortográficas da Língua Portuguesa. Ou seja, quanto mais variados, interessantes e divertidos forem os textos, maior será a chance das crianças se tornarem leitoras hábeis (BRASIL/MEC, 1997).

O exemplo e a imagem do professor exercem, também, grande influência quanto à leitura. Ao identificar-se com o professor, a criança começa, automaticamente, a tentar seguir seu exemplo, lendo. Dentre as várias atividades que desenvolvem o interesse e o hábito de leitura nos primeiros anos da escola, podem ser citadas: a exposição de livros na sala de aula; os desenhos de livros e composições escritas sobre eles, ou seja, uma adição interessante ao currículo normal e a mostra à criança que a experiência do livro nunca se esgota, podendo ser utilizado de diversas maneiras.

Por outro lado, a excessiva ênfase nos exercícios mecânicos poderá diminuir o prazer que provém da leitura, visto que ao mecanizar uma atividade, esta se torna desagradável e cansativa, fazendo com que a criança não cultive nenhum desejo em ler novamente.

Portanto, nos primeiros anos escolares a criança deve ser estimulada e ajudada ao máximo para que desenvolva o mais rapidamente possível o prazer pela leitura e conquiste o mundo mágico dos livros o quanto antes, aumentando sua capacidade criativa e ampliando sua compreensão a partir dos exercícios de gramática.

É preciso, no entanto, tomar cuidado para não fazer apenas a decodificação da língua com as crianças. O ideal é alfabetizar letrando. O letramento inclui a capacidade que o indivíduo tem de instruir-se por meio da leitura e de selecionar, entre muitas informações, aquela que mais lhe interessa:

O ensino inicial da leitura deve assegurar a interação significativa e funcional da criança com a língua escrita. Para alguns, isso prolongará aprendizagens já iniciadas em sua família; para outros, será a ocasião para realizá-las, ocasião que não se deve protelar mais. Propiciar essa interação implica a presença pertinente e não indiscriminada do escrito na aula. Implica, sobretudo, que os adultos encarregados da educação das crianças usem a língua escrita, quando for possível e necessário, diante delas, fazendo-as compreender, assim, seu valor comunicativo.

Entre os diversos textos que podem ser utilizados em sala de aula, podem ser citados: jornais, folhetos de propaganda, revistas, gibis, anúncios de cartomantes, receitas, enfim, tudo o que possa servir para garantir que o primeiro tijolo da grande construção da cidadania fique bem assentado.

Até mesmo algumas embalagens de produtos alimentícios trazem pequenos textos repletos de informações interessantes. O importante é que o material escrito apresentado aos alunos seja interessante e desperte a curiosidade das crianças. Textos literários e poesias também devem ser usados.

Para Ferreiro e Teberosky (1999), diagnosticar quanto os alunos já sabem antes de iniciar o processo de alfabetização é um preceito básico. O livro "Psicogênese da Língua Escrita", escrito por ambas, mostra que as crianças não chegam vazias à escola, sem saber nada sobre a língua. De acordo com a teoria, toda criança passa por quatro fases até que esteja alfabetizada: pré-silábica; silábica; silábico-alfabética e alfabética.

Segundo Pellegrini (2001), para Piaget, a forma de raciocinar e de aprender da criança passa por estágios sucessivos. Por volta dos dois anos, ela passa do estágio sensório-motor para o pré-operatório. Outra progressão se dá por volta dos sete anos, quando passa para o estágio operacional-concreto. Finalmente, por volta dos 12 anos, chega ao estágio operacional-formal. Tais informações, se bem utilizadas, ajudam o professor a melhorar sua prática.Vygotsky (1998), afirma que o bom ensino é o que incide na zona proximal. Ensinar o que a criança já sabe é pouco desafiador e ir além do que ela pode aprender é ineficaz. O ideal é partir do que ela domina para ampliar seu conhecimento.

Na opinião de Freire (1983), os alunos não devem ser estimulados a memorizar mecanicamente a descrição do objeto, mas aprender sua significação profunda. O conteúdo proposto não deve ser reduzido em tabletes de conhecimento que devem ser engolidos pelos estudantes, pelo contrário, deve ser estimulada a curiosidade dos alunos, de maneira dinâmica e ativa, para aí sim acontecer a efetiva aprendizagem.

A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a ser compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. A alfabetização de adultos, na visão de Paulo Freire, é um ato político e um ato de conhecimento, por esse motivo, um ato criador: "Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos o meu giz" (FREIRE, 1983, p. 16).

Entende-se que é muito importante o indivíduo ser alfabetizado considerando os seus conhecimentos e a sua realidade; não se deve esquecer que a realidade é diferenciada de pessoa para pessoa e, em maior grau, de um adulto para uma criança. Portanto, a alfabetização deve acontecer de acordo com a "visão de mundo" de cada alfabetizando.

1.1. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização, assim como o letramento, tem sido temas muito discutidos nos dias de hoje. Buscam-se respostas para dúvidas como: de que modo a criança aprende? Que método utilizar? Como ensinar? Qual é o papel do professor? Qual é o papel da criança? Que interações são possíveis na sala de aula? Assim, procuramos neste capítulo, analisar algumas destas questões.

Apesar de possuir uma das mais avançadas legislações no que diz respeito às crianças, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o panorama básico da alfabetização infantil no Brasil ainda apresenta números desesperadores de crianças sem possibilidades de estudar e receber uma educação sólida e consistente. O art. 53 do ECA está assegurado que:

> A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...)" (AZEVEDO; MARQUES, 1997, p. 32).

O art. 54 acrescenta: É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente "ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria" (AZEVEDO; MARQUES, 1997, p. 32).

Apesar da legislação assegurar que a educação é um direito de todos, o cenário atual é completamente diferente. Segundo o censo realizado em 1988, 30 milhões de pessoas eram analfabetas. Mesmo a década de 90 tendo sido considerada a Década Mundial da Alfabetização, em 2000 uma em cada quatro crianças eram analfabetas.

A conclusão inevitável desse retrato sem retoque não é a de que boa parte da infância brasileira está analfabeta porque permanece à margem do sistema escolar, e sim a de que, muito pelo contrário, passa pela escola sem aprender. Metaforicamente poderíamos dizer que a infância brasileira vem sendo, há muito tempo, analfabetizada pela escola (...) (AZEVEDO; MARQUES, 1997).

Romper o círculo vicioso do analfabetismo é uma preocupação constante dos pesquisadores brasileiros das últimas quatro décadas. Duas são as áreas predominantes em que este assunto é abordado, a Psicologia e a Pedagogia.

O quê e como ensinar vem sendo muito discutido nos últimos tempos, mas, felizmente, o conceito de alfabetização vem sofrendo alterações ao longo do tempo na medida em que diferentes correntes: psicológicas, sociológicas, linguísticas, têm influenciado a prática pedagógica. Cada uma dessas correntes chama a atenção dos interessados para um aspecto do processo, ainda que não consiga, na maioria das vezes, defini-lo de forma suficientemente abrangente (MOURA; SILVA, 1998).

Mais recentemente se tem procurado dar à alfabetização o cunho de "iniciação", pois a palavra tem sido utilizada em muitos campos do conhecimento científico: "alfabetização matemática", "alfabetização ecológica", "alfabetização científica", entre outras. Se for assim, ela começa antes mesmo da educação infantil, já quando a criança, curiosa, começa a explorar o mundo ao seu redor e é estimulada para isso.

No dia-a-dia de nossa sala de aula, a alfabetização é um processo mais complexo e mais completo. É através dela que a criança, como sujeito, assume sua identidade como ser no mundo, passando a integrar-se de forma satisfatória com ele, conhecendo-se e conhecendo os outros sujeitos, assim como ao ambiente, de forma a garantir uma convivência harmônica e produtiva.

A alfabetização passa a ser vista, então, como o instrumento que permite ao homem sair do "caos" de uma visão indiferenciada da realidade para buscar a organização tão necessária para a sua própria sobrevivência e da humanidade.

Embora a alfabetização seja de enorme significância para a compreensão da realidade, é apenas um dos instrumentos que fazem parte do processo de letramento. A criança começa a se alfabetizar muito antes de entrar na escola. E desde então ela já usa a palavra de forma satisfatória.

Quando começa a identificar os objetos de sua realidade bem como os atributos que lhe são próprios, a criança inicia um processo de leitura que lhe permite conhecer tudo aquilo que está ao seu redor, passando daí a perceber a relação que existe entre os objetos e a compreender toda a gama de relações possíveis (MOURA; SILVA, 1998).

Nesse percurso, a criança relaciona-se com a escrita antes mesmo de entrar para a escola, passando a reconhecê-la também como um objeto dessa realidade, cuja posse vai lhe possibilitar o acesso aos segredos da história, da ciência, da ficção, enfim, de todo o pensamento humano acumulado ao longo do tempo.

Por se constituir num projeto interdisciplinar, a alfabetização não pode ser considerada tarefa de um único educador. Especialmente porque ela não se limita no tempo. Não tem um momento para começar nem tampouco para terminar.

É urgente a necessidade de uma mudança. Trabalhar a alfabetização de forma interdisciplinar pode ser uma das maneiras de tornar a criança mais interessada e, consequentemente, mais permeável à aprendizagem da leitura e da escrita (MOURA; SILVA, 1998).

1.1.1. LETRAMENTO

Normalmente, pensamos sobre a área de Língua Portuguesa sob dois aspectos: as "primeiras letras", hoje alfabetização, e o estudo da língua propriamente dita.

Durante o primeiro estágio, previsto para durar em geral um ano, o professor deveria ensinar o sistema alfabético de escrita e algumas noções ortográficas de português, o que garantiria ao aluno a possibilidade de ler e escrever por si mesmo. O segundo estágio se desenvolveria em duas linhas básicas: os exercícios de redação e os treinos ortográficos e gramaticais.

> O conhecimento atualmente disponível recomenda uma revisão dessa metodologia e aponta para a necessidade de repensar sobre teorias e práticas tão difundidas e estabelecidas, que, para a maioria dos professores, tendem a parecer as únicas possíveis (BRASIL, 1997, p. 33).

Na Antiguidade grega, o autor era quem compunha e ditava para ser escrito pelo escriba; a colaboração do escriba era transformar os enunciados em marcas gráficas que lhes davam a permanência.

A compreensão atual da relação entre a aquisição das capacidades de redigir e grafar rompe com a crença de que o domínio do bê-á-bá seja pré-requisito para o início do ensino de língua e nos mostra que esses dois processos de aprendizagem podem e devem ocorrer de forma simultânea. Um diz respeito à aprendizagem da escrita alfabética; o outro se refere à aprendizagem da linguagem que se usa para escrever.

É importante lembrar que a escrita alfabética não garante ao aluno a possibilidade de compreender e produzir textos em linguagem escrita.

> Quando são lidas histórias ou notícias de jornal para crianças que ainda não sabem ler e escrever convencionalmente, ensina-se a elas como são organizados, na escrita, estes dois gêneros: desde o vocabulário adequado a cada um, até os recursos coesivos que lhes são característicos (BRASIL, 1997, p. 34).

Assim como o autor grego, o produtor do texto é aquele que cria o discurso, independentemente de grafá-lo ou não. Essa diferenciação é que torna possível uma pedagogia de transmissão oral para ensinar a linguagem que se usa para escrever.

Ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários. A diversidade de textos que existe fora da escola pode e deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno.

É preciso deixar claro que as propostas didáticas difundidas a partir de 1985, ao enfatizar o papel da ação e reflexão do aluno no processo de alfabetização, não sugerem uma abordagem espontaneísta da alfabetização escolar, ao contrário, o conhecimento dos caminhos percorridos pelo aluno favorece a intervenção pedagógica e não a omissão, pois permite que o professor ajuste as informações de acordo com o cotidiano de seus alunos. O professor pode utilizar os erros cometidos, para guiar a sua prática, tornando-a menos genérica e mais eficaz. "A alfabetização, considerada em seu sentido restrito de aquisição da escrita alfabética, ocorre dentro de um processo mais amplo de aprendizagem da Língua Portuguesa" (BRASIL, 1997, p. 35).

Percebemos, então, que se cria a necessidade de um novo papel para o professor das séries iniciais: o de professor de Língua Portuguesa.

Analisando, agora, os tipos de métodos de alfabetização existentes, nota-se que eles estão divididos em dois grupos: o método tradicional e o método global.

O método tradicional, também chamado de silábico ou bê-a-bá, consiste no aprendizado das letras primeiramente, depois das sílabas, palavras e frases. Já o método global, posto em prática no começo do século XX pelo psicólogo e educador belga, Decroly, é o contrário do método tradicional. Nesse método primeiramente se ensina as palavras, para depois dividi-la em sílabas e só posteriormente em letras. Existe também um terceiro método, chamado de método misto, em que adiciona-se ao método tradicional algumas palavras do método global, sendo o mais utilizado nos manuais atuais.

O letramento é a competência linguística e literária na elaboração de textos diversos: cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais. Mesmo sem estar alfabetizada uma criança pode "ler" um livro ou "escrever" uma carta.

Na dimensão individual, letramento (*letracy events*) são os eventos em que a linguagem escrita é essencial à natureza das interações e aos processos e estratégias interpretativas de seus participantes. Já numa dimensão social ou cultural, letramento é o uso que se faz da habilidade da leitura/escrita para responder às demandas sociais.

Existem diferentes definições de alfabetização. A definição mais atual, porém, diz que ser alfabetizado é estar em condições de poder abordar convenientemente os diferentes tipos de textos, tanto na leitura como na escrita, incluindo nestes diferentes textos até mesmo a leitura e escrita em computadores.

A metacognição é a avaliação das principais habilidades e a consciência das estratégias mais apropriadas para atender a cada tarefa específica. No baixo letramento, as crianças preferem ler em voz alta; não retomam o texto para buscar uma informação específica; repetem apenas o que está escrito no texto; afirmam que já dominavam o assunto sem identificar novas informações.

2. A AFETIVIDADE E O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA

Wallon (1971, p. 91) defende, em sua teoria, o caráter contagioso das emoções. "A emoção necessita suscitar reações similares ou recíprocas em outrem e, (...) possui sobre o outro um grande poder de contágio". Nesse sentido, a afetividade, que permeia a atuação do professor, desencadeará reações semelhantes nos alunos.

No cotidiano da instituição escolar, diferentes indivíduos confrontam-se com suas histórias de vida, suas concepções de mundo, com seus objetivos e intenções. Encontros e desencontros, as diferentes ações e reflexões dos que participam dessa dinâmica escolar propiciam novas relações que podem facilitar, ou não, o processo ensino/aprendizagem (SOUZA, 1997).

Na escola, o professor é um dos mediadores na interação sujeito-objeto. Nesse espaço interativo, acontecem as transformações: as ações são partilhadas, e a construção do conhecimento dá-se de forma conjunta. As ações, tanto do professor quanto do aluno, não são ações isoladas, mas convergentes entre si, quando as discussões e trocas colaboram (ou não) para que se alcancem os objetivos desejados. O processo interativo em sala de aula pressupõe um espaço onde todos terão possibilidade de falar, formular suas hipóteses e chegar a conclusões que favoreçam a construção do conhecimento (MARTINS, 1997).

> Dizer que a relação professor-aluno é ao mesmo tempo afetiva e de progresso cultural (progresso na conquista da cultura) é afirmar que o elemento intelectual está apto a se unir aos elementos de sentimento. Dizer que essa relação escolar pode proporcionar alegria é garantir que o elemento intelectual contém como que um apelo à junção com os elementos de sentimento – quando ambos são vividos com bastante profundidade. Reciprocamente, o afetivo dá acesso ao intelectual: sentimento paixão torna-se compreensão e, portanto, saber (SNYDERS, 1993, p. 91).

Snyders, em seu livro "Alunos Felizes", ressalta a importância do papel da escola na forma como as pessoas se apropriam da cultura. Destaca a necessidade de a escola olhar o indivíduo em sua totalidade, buscando a inter-relação entre o afetivo e o cognitivo, afirmando que:

> De todos os conhecimentos, da geografia à matemática, esperam-se ressonâncias afetivas. Todos sabemos que, para o aluno, o conhecimento é trazido pelo afetivo: ele aprende realmente bem o que o cativa, numa atmosfera de aula que lhe parece segura, com um professor que sabe criar afinidades. Eis porque a escola, ao mesmo tempo, tem necessidades de conciliar o intelectual e o afetivo, e constitui um local privilegiado para essa conciliação (SNYDERS, 1993, p. 92).

Então, a possibilidade de união entre o afetivo e o intelectual está no desejo de compreender e na alegria de conhecer que são inerentes à nossa natureza. Os aspectos afetivos que permeiam a relação professor-aluno não se restringem somente às virtudes e aos valores do professor com relação aos alunos. Manifestam-se também na maneira como o professor lida com o conteúdo e na habilidade de ensino que desenvolve.

Segundo Dantas (1992), na medida em que o indivíduo evolui em conquistas cognitivas, a vinculação afetiva passa a nutrir-se por essas vias:

> Instala-se o que se deveria denominar de forma cognitiva de vinculação afetiva. Pensar nessa direção leva a admitir que o ajuste fino da demanda às competências, em educação, pode ser pensado como uma forma muito requintada de comunicação afetiva (DANTAS, 1992, p. 90).

A escola, como espaço legítimo para promover a apropriação da experiência culturalmente acumulada, deve levar em conta que os aspectos cognitivos e afetivos são indissociáveis e proporcionar o desenvolvimento do indivíduo na sua totalidade. Toda aprendizagem está impregnada de afetividade. A trama que se tece entre alunos, professores, conteúdo escolar, livros, escrita etc. não acontece puramente no campo cognitivo. Existe uma base afetiva permeando essas relações (LEITE et al., 2001).

2.1. ESCRITA E ALFABETIZAÇÃO

Ao iniciarmos a alfabetização, ajudamos a criança a marcar um ponto, imaginário, através do qual a criança dará início a sua reta, ao seu caminho. Devemos contribuir para que essa reta não seja curta, porém longa e rica em conhecimentos (FARACO, 1994).

Para aprender a ler e a escrever é preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita representa e como ela representa graficamente a linguagem. Algumas situações didáticas favorecem especialmente a análise e a reflexão sobre o sistema alfabético de escrita e a correspondência fonográfica. São atividades que exigem uma atenção à análise, tanto quantitativa como qualitativa, da correspondência entre segmentos falados e escritos (FARACO, 1994).

Não é qualquer texto que, além de permitir este tipo de leitura, garante que o esforço de atribuir significado às partes escritas coloque problemas que ajudem o aluno a refletir e a aprender. Os textos mais adequados são as quadrinhas, parlendas e canções que, em geral, se sabe de cor; e, no segundo, as embalagens comerciais, os anúncios, os folhetos de propaganda e demais portadores de texto que possibilitem suposições de sentido a partir do conteúdo, da imagem ou foto, do conhecimento da marca ou do logotipo, isto é, de qualquer elemento do texto ou do seu entorno que permita ao aluno imaginar o que poderia estar aí escrito (FARACO, 1994).

Estudos em diferentes línguas têm mostrado que, de uma correspondência inicial pouco diferenciada, o alfabetizando progride em direção a um procedimento de análise em que passa a fazer corresponder recortes do falado a recortes do escrito. Essa correspondência passa por um momento silábico em que, ainda que nem sempre com consistência, atribui uma letra a uma sílaba antes de chegar a compreender o que realmente cada letra representa. Nas atividades de escrita aqui referidas, o aluno que ainda não sabe escrever convencionalmente precisa esforçar-se para construir procedimentos de análise e encontrar formas de representar graficamente aquilo que se propõe escrever.

É por isso que esta é uma boa atividade de alfabetização: havendo informação disponível e espaço para reflexão sobre o sistema de escrita, os alunos constroem os procedimentos de análise necessários para que a alfabetização se realize. As propostas de escrita mais produtivas são as que permitem aos alunos monitorarem sua própria produção, ao menos parcialmente (FARACO, 1994).

A Psicologia valoriza o raciocínio em detrimento da mecanização da alfabetização, ou seja, substitui o olho que vê, o ouvido que ouve, a mão que escreve por um cérebro que pensa.

> A prática pedagógica de alfabetização baseada na abordagem construtivista-interacionista permite transformar a tarefa de aprendizagem em um desa-

> fio intelectual sempre significativo e emocionante, e o clima da sala de aula em um espaço de encontro de competências diversas sobre a língua escrita, cujo objetivo final é o de fazer com que todas as crianças construam uma teoria adequada sobre a relação fonema-grafema na língua portuguesa, isto é, fazer com que todas cheguem ao domínio da hipótese alfabética (AZEVEDO; MARQUES, 1997, p. 43).

A abordagem de Piaget (1996) sobre o desenvolvimento parte da distinção entre o que ele chama de desenvolvimento espontâneo e os aspectos determinados pelas transmissões educativa ou familiar. Ele descreve o desenvolvimento como sendo um processo de socialização progressiva, partindo do egocentrismo inicial para chegar às coordenações interindividuais, que são coordenações internas regidas pela lei da equilibração. Além das coordenações interindividuais estão as transmissões educativas, que são menos efetivas à medida que mais reduzida é a fase que a criança se encontra, limitando-se a acelerar ou retardar, como que de fora, um processo que se realiza segundo uma lógica interna.

Micotti (1996, p. 42) utiliza o referencial piagentino na abordagem específica da questão da alfabetização. Para ela, "(...) a aprendizagem da leitura e da escrita implica o desenvolvimento de certas estruturas cognitivas e não meramente o treino mecânico de habilidades como a discriminação auditiva, visual etc.".

Quem também estudou os meios de aquisição da escrita foi Ferreiro (1996), que alicerçada na concepção de desenvolvimento espontâneo de Piaget (1996), formula alguns estágios, ou equilibrações intermediárias, que levam a criança ao aprendizado da escrita.

Ferreiro (1979) também pesquisou, junto com Teberosky (1979) e colaboradoras, o que pensam as crianças a respeito do sistema alfabético da escrita – a chamada psicogênese da língua escrita – descobrindo evidências de problemas que a metodologia contida nas cartilhas gera para muitas crianças.

A cartilha é proveitosa para as crianças que conseguem diferenciar sílabas de letras, sabendo identificar cada uma delas. Mas para aquelas crianças que ainda não adquiriram esse conceito, o ensino de que uma sílaba se escreve com mais de uma letra não faz sentido nenhum, já que ela não conseguiria entender o que se está dizendo.

Na década de 70, Emília Ferreiro e Ana Teberosky iniciaram trabalhos procurando desvendar o processo de aquisição da escrita e utilizaram como pressupostos teóricos em suas pesquisas as ideias piagetianas de construção d conhecimento. É fundamental que se tenha clareza de que construtivismo não é método, mas sim pressuposto teórico, e que Ferreiro e Teberosky não estavam preocupadas em propor uma metodologia de alfabetização.

O "construtivismo" aplicado hoje em muitas salas de aula é a simples transferência da metodologia de pesquisa utilizada por Emília Ferreiro e Teberosky para um equivocado "método de alfabetização". Mas essa transposição direta de procedimentos não é adequada, pois a dinâmica e os objetivos de uma e outra são diferentes.

As descobertas de Ferreiro e Teberosky influenciaram a prática pedagógica quando indicaram que a criança já chega à escola com algumas concepções sobre a escrita, uma vez que convivem com ela desde o seu nascimento, já que, na sociedade atual, a escrita tem presença garantida em inúmeros outdoors, placas, jornais, embalagens, programas de televisão, revistas, livros etc.

As ideias construtivistas de educação, da forma como vieram sendo divulgadas nos últimos anos, acabaram por colocar o professor frente a dúvidas quanto ao seu papel no processo de ensino-aprendizagem que ocorre na escola: como e porque trabalhar com a criança, como interferir no processo de aquisição de conhecimento, por qual prática pedagógica optar, o que é ser "moderno" e o que é ser "tradicional".

Tais dúvidas resultaram na hesitação quanto ao responsável pela condução da prática de sala de aula: muitas vezes, a responsabilidade pela transmissão do conhecimento desviou-se do professor e centrou-se no aluno, considerado construtor do seu próprio conhecimento. Subestimou-se, desse modo, o papel do professor enquanto educador. A própria Ferreiro afirma que cabe à escola e ao professor auxiliar a criança na aquisição e construção do conhecimento.

Na trama das relações que ocorrem na sala de aula, todos os participantes têm papel fundamental, tanto na construção do conhecimento quanto nas relações sociais que se estabelecem. Par que isso se efetive, é necessário que o professor acredite que a construção do conhecimento se dá por meio dessas relações.

Na primeira série, as classes são geralmente muito heterogêneas: há desde as crianças já alfabetizadas até as estreantes na tarefa de arriscar os primeiros registros escritos – que muitas vezes não passam de seus próprios nomes. Cabe ao professor acompanhar as dificuldades dos diferentes grupos, circulando pela sala, observando as crianças e interferindo de acordo com as necessidades.

As atividades propostas, desde o início, visam à construção da escrita a partir dos diferentes níveis das crianças de uma mesma turma. A criança precisa estar em contato com todas as letras do alfabeto também dentro da escola, pois isso já ocorria fora dela. Por exemplo: um outdoor na é escrito só com sílabas simples ou apenas com as letras iniciais do alfabeto. O professor deve assegurar que cada criança realize o trabalho de acordo com suas possibilidades e que, ao mesmo tempo, receba orientação para avançar no processo de aquisição da escrita.

No início, a ênfase está na comunicação da ideia e não na forma correta de registro. Isso não significa que as crianças já alfabetizadas devam regredir no domínio da escrita: pelo contrário, todas devem avançar a partir do ponto em que chegaram à escola. Momentos de atendimento individualizado (o professor exige de acordo com as possibilidades de cada criança no decorrer do processo) constituem a melhor maneira de fazer com que elas avancem no domínio da escrita e consigam expressar cada vez melhor suas ideias.

Não se deve esperar que, no início do processo de aquisição da escrita, todos os alunos estejam escrevendo da mesma forma. Nesse momento a correção visa estimular a criança a avançar no domínio da escrita. A interação entre professor e aluno é fundamental: o professor deve ser visto pela criança como alguém que vê no erro uma etapa da aprendizagem e que vai conduzi-la ao aprimoramento, estabelecendo-se uma relação de confiança.

O professor deve corrigir de acordo com o nível de domínio de escrita de cada criança. As crianças que já dominam a escrita (alfabéticas) devem ser auxiliadas no sentido de dominar a norma culta (ortografia e pontuação). As que ainda não dominam a escrita devem ser incentivadas por meio de questionamentos que as levem a rever a forma como escreveram, para avançarem no processo de aquisição da escrita. As intervenções feitas pelo professor devem estender-se por todo ano letivo, pois pode haver questões que exijam trabalho recorrente.

> Cada concepção de aprendizagem produz sua própria linha de investigação. É ela que determina as pesquisas que se fazem e o ponto de vista do cientista que vai se preocupar com as questões estudadas. Na concepção de aprendizagem que se tem chamado de construtivista - na qual o conhecimento é visto como produto da ação e reflexão do aprendiz - esse aprendiz é compreendido como alguém que sabe algumas coisas e que, diante de novas informações que para ele fazem algum sentido, realiza um esforço para assimilá-las (WEISZ, 2000, p. 24).

Do ponto de vista construtivista, nenhum conceito nasce com o sujeito ou é importado de fora, mas precisa ser construído. Para tanto, o aprendiz precisa passar por um processo que não tem a lógica do conhecimento final, já construído. Por exemplo, para crianças pequenas, a mesma quantidade de bolinhas juntas e espalhadas não são iguais; para elas, o grupo de bolinhas espalhadas é mais numeroso.

Para os adultos isso parece não ter lógica, mas para o pensamento infantil, que ainda não adquiriu o conceito da conservação da quantidade de matéria, a noção espacial se torna predominante e o grupo mais espalhado se torna maior e, portanto, mais numeroso. Quando as crianças adquirem o conceito de conservação de quantidade de matéria, o conceito anterior desaparece e ela acaba esquecendo-se que um dia adquiriu aquele conceito, passando a achar que o atual é o que sempre acreditou.

> Não é à toa que só agora a concepção construtivista de aprendizagem começa a fazer diferença na questão pedagógica da escola fundamental - embora a pedagogia namore o construtivismo desde o começo do século. Foram necessários esses anos todos para que se produzisse um conhecimento que pudesse servir de referência a uma prática pedagógica apoiada nessa concepção de aprendizagem. O que mostra que não é verdadeira a ideia de que uma concepção da aprendizagem gera diretamente uma pedagogia de um determinado tipo (WEISZ, 2000, p. 29).

Concluindo, percebemos que os problemas com a alfabetização podem ser facilmente resolvidos quando o professor e o sistema educacional utilizam os métodos já abordados e as teorias já formuladas na elaboração de um plano de aula eficaz e que realmente sirva para fazer da criança analfabeta um cidadão que saiba ler e escrever.

2.2. A CONSCIENTIZAÇÃO DO PROCESSO DE LEITURA

A leitura é um importante instrumento de libertação e reconstrução de um indivíduo. Se fizermos uma restrospectiva da história da leitura em nossa sociedade, vamos sempre redundar em privilégios de classe e, portanto, em injustiça social. O acesso a leitura e aos livros nunca conseguiu ser democratizado em nosso meio.

> Essa "crise de leitura" da qual muito se fala, vem sendo produzida desde o período colonial com a reprodução do analfabetismo, com a falta de bibliotecas e com a inexistência de políticas para a popularização do livro (CAGNETI, 1986, p. 22).

Em estudos realizados, autores concluíram que o ato de ler, se efetuado dentro dos moldes críticos, é um ato perigoso àqueles que ilegitimamente dominam o poder. Desta forma: (i) o ato de ler é um ato de conhecimento, e conhecer significa perceber mais contundentemente as forças e as relações existentes no mundo da natureza e no mundo dos homens, não interessando, portanto, aos dominadores, exploradores e opressores que isso aconteça; (ii) a escrita tem servido de domínio de uma classe social sobre a outra; (iii) o aumento do público leitor não passa por censura, tendo acesso as informações mais objetivas em termos de colocação.

2.2.1. FUNÇÃO SOCIAL DA LEITURA

O texto se refere a um determinado contexto e a ele se cristaliza na prática através da dinâmica imposta ao processo de interpretação do texto, principalmente durante

a trajetória escolar dos indivíduos.

Sabemos que o significado atribuído a um texto depende da história e, portanto, das experiências do leitor. Dentro do aparelho escolar os significados são pré-estabelecidos de modo que ocorra a homogeneização e o enquadramento de consciências. Dessa forma, a pessoa que se afasta da chave da interpretação do texto, como é utilizada pela escola para finalidades diversas, é penalizada e reprimida.

A nossa sociedade é constituída por classes, onde a leitura se apresenta como questão de princípios e não de direito da população. A classe dirigente bloqueia o livro, distorce e fragmenta o conteúdo das obras de modo que a gênese dos fatos do real, não seja descoberta através da leitura. Assim, a crise da leitura onde se tem o desgosto pelos livros e a falta de capacidade das pessoas para ler, é um aspecto da ideologia disseminada, que produz os efeitos esperados na manutenção da organização social vigente.

2.2.2. A LEITURA E A TRANSFORMAÇÃO

A consciência é um atributo estritamente humano que possibilita ao homem descobrir e alargar suas representações do mundo, e ainda permite que o homem estabeleça relações entre a parte e o todo, entre o particular e o universal, entre a cauda e a consequência.

> É a consciência que permite distanciar o conteúdo de suas experiências e de suas representações, a fim de proceder a análise e a transformação desse conteúdo. O processo de conscientização faz com que dialeticamente direcione-se para determinados fatos e relações contidas na realidade circundante e tome distância desses fatos e relações a fim de refleti-los, questioná-los e se necessário modificá-los (CANCLINI, 1980, p. 28).

A leitura se constitui numa forma de encontro entre o homem e a realidade sociocultural. Por meio do prazer gerado pela complexidade e oscilação dos significados, quando é adentrado no texto literário, é que se conhece e compreende melhor o mundo e a nós mesmos.

O escritor articula ideias movido por um sentimento do mundo e recebendo influências desse mundo, transforma referências da realidade no sentido de viver experiências da criação e assim estruturar o seu texto.

A partir dos elementos da obra (personagens, tempo, espaço) o autor dá forma e expressa uma perspectiva cultural. Através de sua percepção crítica e aguçada, torna visível os problemas vividos em sociedade e estabelece uma vinculação entre os processos de criação e de politização da consciência artística. "A arte verdadeiramente revolucionária é aquela que, por estar a serviço das lutas populares, transcende o realismo, mais do que produzir a realidade, interessa-lhe imaginar os atos que a superem" (CANCLINI, 1980, p. 31-32).

3. ESTUDO DE CASO

O presente estudo de caso foi realizado com uma professora que leciona, atualmente, num 1º ano do Ensino Fundamental, numa escola municipal do município de Mauá, a partir do qual verificamos que, neste caso, a teoria está perfeitamente interligada com a prática do cotidiano.

A partir de um roteiro aberto de perguntas, perguntamos à professora sobre as principais dificuldades encontradas durante as atividades de leitura na sala de aula. Percebemos que o grande problema parece estar relacionado à falta de motivação por parte da maioria dos professores, muitas vezes por não terem sido preparados e também motivados durante sua escolaridade, e consequentemente, falta de interesse pelos alunos que não são estimulados para tal atividade. "Apesar de gostar de contar história, queria ter o 'dom' de um contador de história, assim as atividades seriam mais interessantes", disse a professora.

A professora foi questionada sobre quem é responsável pelo estímulo à leitura da criança, se a família ou a escola, respondendo que os dois ambientes devem propiciar à criança o contato com a leitura, não havendo, portanto, um único responsável.

> As duas são responsáveis, pois a criança é o reflexo da família e esse primeiro estímulo (contato) parte do ambiente em que ela vive. A escola, por sua vez, também tem esse papel, pois uma criança que adquire o gosto pela leitura, "provavelmente" irá escrever melhor e corretamente, e também interpretará com mais atenção e coerência (Professora).

Neste ponto, a teoria estudada segundo os autores tem validade também na prática do dia-a-dia, pois a professora também acredita que numa família onde o hábito da leitura se faz presente por meio da aproximação de livros, revistas, jornais, é mais certo que se desenvolva o gosto pela leitura.

Notamos que o interesse da leitura vem, sim, diminuindo com o passar do tempo, e isso se faz por diversas razões, sendo que a principal delas, segundo a professora entrevistada, está relacionada com a precária situação financeira pela qual atravessa o nosso país. A maioria das famílias trabalha para garantir o seu sustento. "No meio em que nossos alunos vivem, eles não têm condições de comprar livros, não têm costume de ler jornais, revistas. O pouco de dinheiro que seus pais ganham é para sustentar a família" (Professora).

Consideramos interessante ressaltar que a falta de acesso a materiais diversificados e interessantes, tanto no âmbito familiar como escolar, também causa grande dificuldade de compreensão e interpretação para as crianças.

A partir dessa realidade, a professora estimula a leitura durante a aula de muitas maneiras, entre as quais:

levando para eles livros de histórias infantis, romances; questionando os alunos sobre o tema abordado no livro, despertando a curiosidade para a leitura; gibis e livros bem coloridos; poemas, enunciados de exercícios, avisos; rodas de leitura em classe.

> Leio livros interessantes e diferentes. Às vezes, chamo a atenção dos alunos quanto a uma matéria de jornal ou revista (...). "'Vocês leram?", pergunto. Leio alguma coisa pela metade e deixo em suspense para o próximo dia de leitura... Mudo a voz, trabalho com fantoches para os alunos menores prestarem mais atenção (Professora).

Os recursos mais utilizados para motivar a leitura são roda de leitura e manchetes atuais; biblioteca na sala, podendo levar o livro para casa; histórias em transparências; leitura feita pelos próprios alunos. A professora aproveita para utilizar textos (em forma de poesia, fábulas, anúncios etc.) que estejam relacionados com aquilo que está enfocando nas aulas.

> Procuro despertar o gosto pela leitura através de momentos felizes, recontagem da história ou da parte que o aluno mais gostou. Uma leitura sem cobranças, sem prova. Ler por prazer, para descobrir um novo mundo na comunicação (Professora).

Na escola onde a professora trabalha há biblioteca, cujo acervo pode ser considerado bom, pois atende às necessidades dos alunos. Além da biblioteca da escola, existe uma pequena biblioteca circulante. Ainda assim, a professora comentou:

> Não tenho como opinar com maiores detalhes sobre a qualidade da biblioteca, por perceber, neste momento, uma falha da minha parte em não conhecer e não procurar conhecer melhor o acervo desta. Mas não há um acesso livre aos alunos (Professora).

Ao ser questionada sobre o último livro lido pela professora, e os melhores já lidos durante os últimos anos, a professora respondeu: "O Matuto", "Orquídeas na Janela", "O Alquimista". Os últimos livros lidos com as crianças foram: "A casa sonolenta"; "O homem que amava caixas", "Cadê o Júlio"; "Era uma vez uma bruxa".

Notamos, neste caso, que a maioria dos livros citados não é didático. Portanto, não podem ser compartilhados com as crianças. A professora acrescentou o seguinte comentário: "Eu, infelizmente, não tenho um grande hábito de leitura" (Professora).

Assim, não podemos deixar de considerar a urgente necessidade de uma reformulação por parte das escolas e, consequentemente, dos professores, para o incentivo à leitura das crianças.

A seguir, selecionamos algumas fotos cedidas pela professora entrevistada.



Figura 1 – Leitura de palavras



Figura 2 – Pesquisa de letras e números



Figura 3 – Reconstrução de palavras



Figura 4 – Identificação do nome

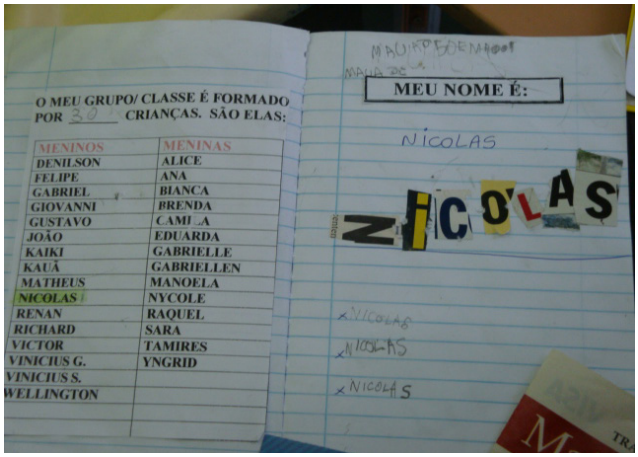


Figura 5 – Listagem e reconstrução de nomes



Figura 6 – Construção do nome

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, percebemos que o desencontro entre a escola e as crianças tem mobilizado profissionais da educação ao questionamento e à busca de novos horizontes para as práticas educacionais.

Para que se revelem vantajosas as pesquisas no campo da leitura e a experiência no moderno ensino da mesma, é preciso encontrar meios de aplicá-las no dia-a-dia. São necessárias atividades que coloquem as crianças em confronto direto ou indireto com livros, sobretudo na escola, na biblioteca e nos grupos jovens.

As dificuldades que as crianças encontram para ler são indiscutíveis; não existem livros; não há espaço para ler; não se formam circuitos de leitura e não existe vinculação entre o lido e o vivido.

O direito de ler significa, igualmente, o direito de desenvolver capacidades intelectuais e espirituais da pessoa, o direito de aprender e progredir, e a todos deve ser reservado esse direito.

Os livros não devem ser considerados como uma obrigação escolar, mas como companheiros do leitor. Não se deve fazer tentativa alguma para esgotar um livro ao discuti-lo. Os próprios alunos precisam descobrir o que um livro tem de significativo em termos de sua vida e de seus questionamentos.

As discussões acerca dos livros devem conduzir, ainda, ao auto-reconhecimento. O papel do professor não é o de examinador, mas o de uma pessoa para a qual os livros são importantes, que não somente quer que os alunos lhe falem sobre suas experiências com livros, mas que relatem o que a leitura lhes proporciona.

A leitura é muito mais importante do que toda a atividade baseada em livros, mais importante até que a melhor discussão. A prática regular é a pré-condição da formação do hábito de ler.

Finalizando, reitera-se que o hábito de leitura será uma realidade se a pessoa sentir que vale à pena, se ela perceber o que trará de benefícios pessoais, profissionais e sociais. Conseguindo perceber a satisfação dos interesses e necessidades inatas, passa à percepção do proveito proporcionado pela leitura e chega ao trato regular dos livros, adquirindo uma posição firme e permanente.

O verdadeiro leitor é aquele que sabe ler o que está escrito e o que está implícito; que é capaz de relacionar o que lê com a sua vida e com a realidade social.

Nada está pronto e acabado. Portanto, as folhas subsequentes são suas, viva simplesmente...

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1989.

ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica: prazer de estudar técnicas e jogos pedagógicos**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 1997.

AZEVEDO, M. A., MARQUES, M. L. **Alfabetização hoje**. São Paulo: Cortez, 1997.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução – Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília, 1997.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1997.

CERVO, A.; BERVIAN, P. A. **A pesquisa: noções gerais – metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.